

EDITAL

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA REUNIÃO DE CÂMARA DE 23/04/2026

Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alijó, nos termos e para efeitos do disposto do número 1 no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pelo Executivo Municipal na reunião de Câmara Ordinária de 23/04/2026.

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Presente Ata n.º 7/2026 de 10 de abril.

Deliberação: aprovada, por unanimidade. A Vereadora Sónia Pires não participou na votação por não ter estado presente na reunião de 10 de abril.

Ponto 1.2 – Presente Proposta da Presidência n.º 34/2026 exarada pelo Vice-Presidente da Câmara, referente à emissão de parecer prévio para a celebração de contrato de prestação de serviços.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de parecer favorável para a celebração do contrato de prestação de serviços, conforme proposta.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2026/04/17, apresentando um total de disponibilidades de 11.155.164,27€, sendo 9.656.503,26€ de dotações orçamentais e 1.498.661,01€ de dotações não orçamentais.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação DAF/CTBPAT/2026/351 propondo a 8.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.3 – Presente pedido de redução da tarifa de saneamento, da fatura de água referente ao mês de outubro de 2025.

Deliberação: aprovado por unanimidade o pedido de redução da tarifa de saneamento, nos termos e valores da informação técnica, pelos motivos expostos na mesma.

Ponto 2.4 – Presente informação DAF/CTBPAT/2026/373 propondo a 9.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – modificativa.

Deliberação: aprovada por unanimidade. Mais foi aprovado submeter à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 2.5 – Presente informação CTBPAT/2026/348 apresentando a Conta de Gerência referente ao ano económico de 2025.

Deliberação: aprovado, por maioria, com a abstenção dos vereadores do Partido Socialista, Luís Almeida, Ana Vieira e César Seixas, os documentos de prestação de contas elencados na instrução n.º 1 do Tribunal de Contas, que se encontram integralmente elaborados e arquivados, estando disponíveis para consulta quando tal for solicitado, identificando os seguintes factos:

Em cumprimento do estabelecido na alínea i), do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara foram presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2025, preparados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual e de acordo com as instruções emanadas pelo Tribunal de Contas.

O Balanço do ano de 2025 apresenta um Ativo Líquido no valor de €68.035.916,63, Património Líquido de €52.984.869,80 e o Passivo de €15.051.046,83.

A Demonstração de Resultados por Natureza apresenta um total de gastos de €16.572.954,29 e rendimentos de €16.945.864,44.

Apresenta-se um Resultado Líquido do Período positivo de €372.910,15.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa estão relatados os fluxos de caixa ocorridos durante o período, apresentando um total de recebimentos de €21.676.115,17 e pagamentos de €19.959.055,90.

O mapa de Desempenho Orçamental apresenta um total de recebimentos de €27.870.607,50 (com SGA) e um total de pagamentos no valor de €20.274.548,76.

Os saldos iniciais do desempenho orçamental são os seguintes:

Operações Orçamentais: €6.980.040,46

Operações de Tesouraria: €1.221.961,79

Os saldos finais do desempenho orçamental são os seguintes:

Operações Orçamentais: €7.596.058,74

Operações de Tesouraria: €1.441.002,78

Ponto 2.6 – Presente informação CTBPAT/2026/375 apresentando o relatório anual de auditoria de 2025.

Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para apreciação e tomar conhecimento, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.

Ponto 2.7 – Presente despacho do Vereador com competências delegadas, Vítor Ferreira, informando da necessidade de proceder ao pagamento à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN), referente ao Processo Judicial 458/18.1BEMDL.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o pagamento dos valores em dívida à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN), referente ao Processo Judicial 458/18.1BEMDL.

3. DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Ponto 3.1 – Presente informação DOSU/2026/367 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à Prestação de Serviços de Recolha, Transporte e Gestão de Resíduos Urbanos do Concelhos do Vale do Douro-Norte (Alijó e Sabrosa) incluindo o fornecimento, manutenção e limpeza dos equipamentos de deposição de resíduos”.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

Ponto 3.2 – Presente informação DOSU/2026/369 propondo a prorrogação de prazo da empreitada de Reabilitação dos Bairros Sociais – Lote 3 – Conjunto Habitacional de Sanfins do Douro – Bairro Nossa Senhora da Piedade. Contém minuta do contrato.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a prorrogação do prazo conforme fundamentação vertida na informação técnica. Mais foi deliberado aprovar a minuta da adenda ao contrato.

Ponto 3.3 – Presente informação DOSU/2026/368 referente à constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para a Prestação de Serviços de Recolha, Transporte e Gestão de Resíduos Urbanos do Concelhos do Vale do Douro-Norte (Alijó e Sabrosa) incluindo o fornecimento, manutenção e limpeza dos equipamentos de deposição de resíduos”.

Deliberação: aprovada, por unanimidade a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para a prestação de serviços, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação.

Ponto 3.4 – Presente informação DOSU/2026/364 propondo a repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada de “Centro Interpretativo – Religião e Sociedade do Padre Manuel da Nóbrega ao Santo Moleiro Sebastião Maria”.

Deliberação: aprovado, por unanimidade. Mais foi deliberado, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a reprogramação da repartição de encargos e do compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

4. DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE

Ponto 4.1 – Presente informação DCED/DCESDJ/330 referente à emissão de parecer prévio para celebração de contratos de prestação de serviços em regime de avença – equipa multidisciplinar PIPSE Alijó Educa + - retificação da área de intervenção.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de parecer favorável para a celebração do contrato de prestação de serviços, conforme proposta.

Ponto 4.2 – Presente informação DCESDJ/341 referente ao pedido de cedência do Pavilhão Municipal à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alijó para realização de atividades práticas no âmbito da formação de resgate em grande ângulo.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, o ato praticado pelo Presidente da Câmara, em 09/04/2026, quanto à cedência do Pavilhão Municipal, nos termos e fundamentos da informação técnica, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 4.3 – Presente informação DCESDJ/ 363 referente ao pedido de cedência do Estádio Municipal à Associação de Futebol de Vila Real para a realização da Final da Taça Distrital de Juniores “A” 25/26, que irá decorrer no dia 9 de maio.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a cedência do Estádio Municipal, nos exatos termos da informação técnica.

Ponto 4.4 – Presente informação DCESDJ/ 314 referente ao pedido de apoio especial e apoio material do Grupo de Jovens Rota do Sol da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Sanfins do Douro, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó, no valor de 1.500,00€.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de apoio financeiro e apoio material à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Sanfins do Douro, no valor de 1.500,00€, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado aprovar a minuta do protocolo.

Ponto 4.5 – Presente informação referente ao Acordo Tripartido de Estabelecimento de obrigação de serviço público e de compensação por serviço público, a celebrar entre o Município de Alijó, a CIMDOURO e a operadora TRANSDEV Interior S.A - ANO 2026

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a celebração do acordo tripartido, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado aprovar a minuta do acordo e delegar no Presidente da Câmara competência para a outorga.

5. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ponto 5.1 – Presente informação DDS/2026/376 propondo a transferência de habitação, no conjunto habitacional de Alijó, com base em motivos de saúde.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a transferência de habitação nos termos e fundamentos da informação técnica.

6. DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 6.1 – Presente informação DEE/SUOF-AAEE/325 referente ao pedido de apoio especial da NERVIR - Associação Empresarial, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó, no valor de 5.000,00€.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de apoio financeiro à Associação Empresarial – NERVIR, no valor de 5.000,00€, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado aprovar a minuta do protocolo.

7. DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 7.1 – Presente pedido de emissão de parecer favorável à constituição de propriedade do prédio rústico denominado “Fraga”, com o artigo matricial 2751 da freguesia de Vila Verde, concelho de Alijó. Contém parecer jurídico n.º 12/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão do parecer favorável nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

Ponto 7.2 – Presente pedido de emissão de parecer favorável à constituição de propriedade do prédio rústico denominado “Sapata”, com o artigo matricial 1875 da freguesia de Favaios, concelho de Alijó. Contém parecer jurídico n.º 13/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão do parecer favorável nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

Ponto 7.3 – Presente pedido de emissão de parecer favorável à constituição de propriedade do prédio rústico denominado “Amarelas”, com o artigo matricial 1525 da freguesia de Santa Eugénia, concelho de Alijó. Contém parecer jurídico n.º 14/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão do parecer favorável nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

Ponto 7.4 – Presente informação DGO/2026/378 referente a pedido de atribuição de apoio pontual financeiro apresentado pela Junta de Freguesia do Pinhão, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia do Pinhão, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 7.5 – Presente informação DGO/2026/371 referente a pedido de atribuição de

apoio pontual financeiro apresentado pela Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Ponto 7.6 – Presente informação DGO/2026/379 referente a pedido de atribuição de apoio pontual financeiro apresentado pela União de Freguesias de Castedo e Cotas, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Castedo e Cotas, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

8. DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ponto 8.1 – Presente informação técnica UOF UOT/2026/381 propondo dar início ao procedimento de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Alijó e consultar Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR – N) para emissão do parecer previsto no nº 3 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Adega de Favaios.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, dar início ao procedimento da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Alijó e consultar Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR – N) para emissão do parecer previsto no nº 3 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nos termos da informação técnica.

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município de Alijó, 23 de abril de 2026
O Vice-Presidente da Câmara



Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira